

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 533 - Brasília, segunda-feira, 1º de setembro de 1997

Orçamento chega ao Congresso com mais investimentos sociais

Considerada "realista e equilibrada", proposta é entregue por Kandir a Antonio Carlos. Tramitação começa na quarta-feira, com distribuição de avulsos, e termina em 15 de dezembro



Sob o olhar de Bernardo Cabral (D), Antonio Carlos recebe das mãos do ministro Antonio Kandir a proposta do Orçamento da União

A proposta do Orçamento da União para 1998 chegou sexta-feira ao Congresso Nacional. Com uma previsão de superávit de R\$ 7,4 bilhões e de aumento nos investimentos sociais, o projeto foi recebido pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, das mãos do ministro do Planejamento, Antonio Kandir. Após o encontro, Antonio Carlos considerou a proposta "realista e equilibrada". Kandir informou que a área social ficará com 60% dos gastos previstos. A aplicação de três quartos desses recursos estará concentrada nas áreas de educação e saúde. Na quarta-feira, serão distribuídos os avulsos do Orçamento, que, conforme o cronograma estabelecido pela presidência do Congresso, conclui a sua tramitação em 15 de dezembro. **Página 4**

Plenário e comissões têm em agosto saldo positivo de trabalho

O plenário do Senado examinou 28 matérias em agosto. Desse total, 22 foram aprovadas e seis rejeitadas, arquivadas e retiradas. Uma das propostas acolhidas é a que institui o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal. As comissões do Senado também tiveram muito trabalho em agosto: aprovaram um total de 59 pareceres durante o mês. Um desses pareceres resultou da análise de 54 emendas oferecidas no plenário da Casa ao substitutivo do senador Beni Veras para a reforma da Previdência. **Página 3**



Plenário teve saldo de trabalho expressivo, com apreciação de 28 propostas, entre elas a do efeito vinculante

União de todos pela Amazônia, a proposta de Nabor

*Ao lembrar que está falando da metade do Brasil, senador adverte que região exige medidas claras e objetivas. **Página 8***

Pauta inclui autorização para recursos destinados à recuperação do metrô e à rolagem da dívida mobiliária do Rio

Senadores votam amanhã nomes para o Banco Central

O plenário do Senado vota amanhã as mensagens do presidente da República indicando os nomes de Demóstenes Madureira de Pinho Neto e Sérgio Darcy da Silva Alves para exercerem cargos de diretores do Banco Central.

Na mesma sessão, o plenário aprecia dois projetos de resolução autorizando o estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente seus limites de endividamento: um para realizar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 56,9 milhões, destinados ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô; e outro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado, para o giro da dívida mobiliária vencida no 3º quadrimestre deste ano.

Também amanhã, os senadores votam projeto de resolução autorizando a prefeitura



Ronaldo: substitutivo

ra de São Paulo a emitir Letras Financeiras do município, destinando-se os recursos ao giro da dívida mobiliária do município com vencimento no 2º semestre deste ano.

Na sessão de amanhã, o plenário discute, em turno suplementar, substitutivo do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto de lei complementar do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vedando a contratação por terceiros públicos dos serviços que menciona.



Suplicy: autor de proposta

Nesta quinta-feira, os senadores discutem, em turno único, projeto de lei da Câmara dispondo sobre a manutenção de empregados em convênios médicos. A matéria tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de quinta-feira será dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata.

Encol, "guerra fiscal" e Previdência são temas de comissões

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza audiência pública amanhã, às 17h, para discutir a crise da Encol. (Ver página 6)

Ainda amanhã, às 17h30, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) apresentará o roteiro de trabalho à subcomissão destinada a examinar a "guerra fiscal" entre estados.

Nesta quarta-feira, às 10h, a CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), continua a discussão e votação da nova versão do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), realiza nesta quinta-feira, às 10h, audiência pública para debater os projetos relativos à questão agrária. Foram convidados o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann; o presidente do Incra, Milton Seligman; o coordenador do MST, João Pedro Stédile; o presidente da Contag, Francisco Urbano; o prefeito de Alta Floresta (MT), Vicente de Riva; e o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo.

Artista mineira expõe

A artista plástica Isis Berlinck Renault, de Minas Gerais, faz exposição a partir de amanhã, às 19h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. A mostra ocorre até o dia 12 de setembro.

Isis Renault iniciou sua car-

reira em 1987, é formada pelo Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Belas Artes e recebeu vários prêmios. Ela já expôs na Itália e na África do Sul.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (02.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 107/97, que autoriza a prefeitura municipal de São Paulo a emitir Letras Financeiras por intermédio de ofertas públicas, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997; e "Projeto de Resolução nº 100/97, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente seus limites de endividamento para realizar operação de crédito junto ao BNDES, destinada ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.

Quarta-feira (03.09.97)

CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da República do Líbano, Elias Hraoui. Oradores: pelo Senado Federal, senador Ramez Tobet; pela Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Izar. *Plenário do Senado Federal*
14h30 - Sessão do Senado, com agenda em aberto

Quinta-feira (04.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Obs.: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata. Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Jefferson Péres,

Erandes Amorim, Nabor Júnior, Romeu Turna e Sebastião Rocha.

Ordem do Dia

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 114/95, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos.

Sexta-feira (05.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (02.09.97)

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais

Pauta: Apresentação do roteiro de trabalho pelo senador Vilson Kleinübing, relator da subcomissão. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (03.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas de plenário oferecidas à PEC nº 33/96, que trata da Previdência Social (discussão e votação). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (04.09.97)

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com a finalidade de debater as proposições em tramitação no Congresso Nacional relativas à questão agrária, além do programa "Cédula da Terra".

Convidados: ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann; presidente do Incra, Milton Seligman; representante do MST, João Pedro Stédile; presidente da Contag, Francisco Urbano; prefeito de Alta Floresta (MT), Vicente de Riva; e presidente da CNA, Antonio Ernesto Wemer de Salvo. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal e punição severa para a intermediação de verbas públicas foram as principais propostas votadas pelos senadores no mês passado

Plenário apreciou 28 matérias em agosto

O plenário do Senado apreciou, durante o mês de agosto, um total de 28 matérias, das quais 22 foram aprovadas. Entre elas está a proposta de emenda à Constituição que institui o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para as decisões das instâncias inferiores e da administração direta e indireta da União, dos estados e municípios.

Aprovada em segundo turno no dia 12, a proposta foi enviada ao exame da Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, foi aprovada a escolha do novo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e iniciada a discussão de plenário da emenda da Previdência, que retornou à CCJ para exame das emendas apresentadas.

No dia 27, o plenário rejeitou pedido da prefeitura de Osasco para rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios,

acatando parecer do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que lembrou as investigações da CPI dos Precatórios sobre a emissão irregular de títulos da própria prefeitura.

Em votação unânime dos 72 senadores presentes, foi aprovado no dia 13 projeto de lei complementar estabelecendo punição, por improbidade administrativa, dos responsáveis pelo pagamento de intermediação para liberação de verbas públicas. O projeto, enviado à apreciação da Câmara, é considerado fundamental para evitar corrupção na liberação de verbas públicas.

A preocupação com as possíveis consequências adversas do fenômeno climático "El Niño" levou a constituir uma Comissão Parlamentar Externa, composta por sete senadores, para levantar medidas preventivas de proteção à população e à economia das regiões sujeitas a serem atingidas.



As galerias ocupadas durante as votações foram uma constante no mês de agosto

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM AGOSTO

Aprovadas e enviadas à sanção	4
Aprovadas e enviadas à promulgação	10
Aprovadas e enviadas à Câmara	5
Escolha de autoridades e chefes de missões diplomáticas	3
Total de matérias aprovadas.....	22
Rejeitadas, arquivadas e retiradas	6
Total de matérias apreciadas	28

Comissões examinaram 59 pareceres no mês

Agosto foi mês de muito trabalho para as comissões do Senado, verificando-se a aprovação de um total de 59 pareceres, entre as decisões tomadas sobre as mais diversas matérias. Um dos fatos marcantes foi o encerramento da CPI dos Precatórios, que, diante da polêmica levantada, acabou exigindo o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), validando o relatório final.

Ainda durante agosto, a CCJ ficou encarregada do exame de 54 emendas, oferecidas no plenário da Casa ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) para a reforma da Previdência. O trabalho continuará na próxima semana, com o exame das regras referentes aos magistrados. Uma das decisões já tomadas garante aos servidores aposentados a acumulação de proventos com salários de cargo em comissão, respeitando o teto constitucional.



CCJ: sala cheia em reuniões importantes

A CCJ também aprovou, e enviou à Câmara, projeto estabelecendo rito especial para o direito de resposta a ofensas veiculadas por meios de comunicação. Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou as indicações do presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco, e de dois diretores da instituição, Sérgio Darcy da Silva Alves e Demóstenes Madureira de Pinho Neto.

Uma subcomissão da CAE

começou a discutir soluções para a "guerra fiscal" entre os estados. Enquanto isso, o plenário da CAE aprovou projeto fixando, em 45 dias antes do vencimento dos títulos a serem refinanciados, o prazo para a remessa da documentação pertinente, que o BC enviará ao exame do Senado. Esta decisão ainda será analisada pelo plenário do Senado.

A Comissão de Educação aprovou projeto do governo tornando obrigatório o ensino

do espanhol no nível médio, e discutiu, em audiência pública, projeto que autoriza a concessão de apoio financeiro ao Distrito Federal e municípios que implantarem o programa de garantia de renda mínima associado à educação.

Também em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores foi ouvido o ministro da Casa Militar, general Alberto Cardoso, sobre a crise da segurança pública.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto determinando a contratação de um técnico em segurança do trabalho pelas empresas onde existir uma Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Foi instalada Comissão Especial destinada a levantar medidas preventivas de proteção à população dos estados que poderão ser afetados por distúrbios climáticos provocados pelo "El Niño". A Comissão Especial da Amazônia realizou debate sobre o desenvolvimento econômico e social da região.

A CPI do Trabalho Infantil aprovou relatório preliminar que recomenda ao Congresso votação prioritária dos projetos relativos aos direitos da criança e do adolescente, rejeitando a redução, de 18 para 16 anos, da idade para responsabilidade penal.

Antonio Carlos classificou de realista e equilibrada a proposta do Executivo e disse que é a matéria mais importante votada no Congresso. Ministro anunciou superávit de R\$ 7,4 bilhões e investimentos maiores no social

ACM recebe de Kandir Orçamento de 98

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu sexta-feira pela manhã, do ministro do Planejamento e Orçamento, Antonio Kandir, a proposta de lei orçamentária da União para 1998. O ministro enfatizou a previsão de um superávit de R\$ 7,4 bilhões e o aumento nos investimentos sociais.

O senador disse, após o encontro, que a proposta enviada pelo governo ao Legislativo é "realista e equilibrada". Ele observou que a lei do Orçamento "é a coisa mais importante que o Congresso vota, é o espelho da administração". Antonio Carlos ressaltou a importância de que os orçamentos públicos, no Brasil, sejam realistas e realmente executados.

Kandir observou, à saída do gabinete do presidente do Congresso, que a área social terá prioridade nos investimentos programados, com 60% dos gastos previstos. "E, dentro deste universo, três quartos serão concentrados nas áreas de educação e saúde", acrescentou.

O ministro salientou o que o governo julga mais relevante no Orçamento de 98: a previsão de superávit, que permitirá reduzir o nível de endividamento do país no ano que vem em 35%, segundo os cálculos oficiais, além de um aumento de 3% no gasto social *per capita*, que passaria a ser de R\$ 727,00 por habitante.



Previsões otimistas animaram o encontro de Kandir com Antonio Carlos

Para onde vão os bilhões dos impostos

Ano que vem o governo federal terá uma receita de R\$ 187,55 bilhões e gastará R\$ 180,09 bilhões (fora a rolagem da dívida pública), o que significará um superávit primário de R\$ 7,46 bilhões, ou 0,8% do PIB.

O Projeto da Lei Orçamentária prevê que, da receita total de R\$ 187,55 bilhões, exatamente R\$ 125,98 bilhões virão de impostos e contribuições, outros R\$ 48,42 bilhões serão proporcionados pelas contribuições previdenciárias e

uma parcela de R\$ 13,13 bilhões virá de outras receitas.

O Orçamento estabelece o repasse imediato de R\$ 26,45 bilhões aos estados e municípios (FPM e FPE). Outros R\$ 51,23 bilhões destinam-se ao pagamento de todos os benefícios da Previdência, incluindo aposentados. Pessoal e encargos sociais da União custarão R\$ 48,17 bilhões (R\$ 20,3 bilhões com aposentados e pensionistas e R\$ 27,87 bilhões com servidores ativos).

O custeio da máquina públi-

ca e as despesas de capital somarão R\$ 39,99 bilhões. Os R\$ 15,9 bilhões restantes fazem parte de outras vinculações obrigatórias, entre elas educação.

O Orçamento prevê que o governo federal irá rolar no mercado R\$ 164,3 bilhões da dívida pública mobiliária, gastando R\$ 21,02 bilhões só com juros. No final, computando as operações financeiras, haverá um déficit operacional nas contas do governo de R\$ 13,56 bilhões, ou 1,45% do PIB.

Em sua mensagem ao Congresso, ao encaminhar o Orçamento, o presidente Fernando Henrique Cardoso destaca que as receitas do governo aumentarão nominalmente em 12,9% no ano que vem, impulsionadas principalmente pelo Imposto de Renda (+10,7%). Informa ainda que o governo obterá com as privatizações R\$ 15,2 bilhões em 98. Fernando Henrique Cardoso assinala que o programa "Brasil em Ação" investirá R\$ 6,29 bilhões.

OS PRAZOS DO ORÇAMENTO NO CONGRESSO

ESTES SÃO OS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DO ORÇAMENTO FIXADOS PELA PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO:

- até 3 de setembro - publicação e distribuição de avulsos;
- até 17 de setembro - prazo para realização de audiências públicas;
- até 22 de setembro - prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a comissão;
- até 25 de setembro - prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;
- até 1º de outubro - prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;
- até 16 de outubro - prazo para apresentação de emendas perante a comissão;
- até 21 de outubro - prazo para publicação e distribuição de avulsos;
- até 11 de novembro - prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;
- até 26 de novembro - prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na comissão do parecer final;
- até 5 de dezembro - prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;
- até 15 de dezembro - prazo para a sistematização das decisões do plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

Em artigo publicado em setembro, lembra o senador; ele advertia que a redução do custo fiscal representaria prejuízos para os estados e municípios

Lauro vê perda com Plano Kandir



Maldaner: elo familiar

Maldaner questiona comércio no domingo

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou sexta-feira que o governo criou "inútil mal-estar" ao editar medida provisória que permite o funcionamento do comércio aos domingos. Sem desejar entrar no mérito da questão, ele lembrou artigo da Constituição que prevê a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, cabendo a esses, e não à União, portanto, editar normas sobre a conveniência do trabalho dos comerciários aos domingos.

Maldaner ressaltou que a Federação tem por característica principal a autonomia das unidades que a compõem. "Por que vamos legislar sobre isso? Deixemos essa decisão para os municípios. Admito que alguns municípios, em função do turismo e da demanda, devem, pela Câmara de Vereadores, legislar sobre a conveniência de o comércio abrir aos domingos. Mas por que baixar uma lei geral para mais de 5 mil municípios? - questionou.

O senador afirmou que a abertura do comércio aos domingos representa, para os empresários, a possibilidade do aumento das vendas e para os empregados, a geração de novos postos de trabalho. Mas destacou que, segundo sindicatos trabalhistas, a iniciativa quebraria o elo familiar, dificultando a convivência que ocorre aos domingos. Também significaria a renúncia à prática do lazer, da religião e de outras atividades inerentes ao dia.

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou sexta-feira que o Plano Kandir de desoneração do ICMS das matérias-primas e semimanufaturados destinados a exportação está dando prejuízos ao Brasil. Conforme o senador, os produtores, ao reduzirem seu custo fiscal, estão se apropriando da importância antes destinada a pagar o ICMS, mantendo inalterados os preços dos produtos. Isso, na opinião de Lauro Campos, só prejudica o país.

- Eu previ que não haveria nenhum aumento de exportações. E agora o governo está repassando R\$ 900 milhões para estados e municípios, a fim de compensar as perdas com o Plano Kandir. Eu diagnostiquei esse desastre - acusou o parlamentar.

Lembrando que o ministro do Planejamento celebrara essa



Lauro: preços inalterados

desoneração do ICMS com um golpe no "custo Brasil", antecipando que em razão disso o PIB brasileiro crescerá 9% ao ano. Lauro Campos disse que em setembro do ano passado já profetizava o malogro da iniciativa, em artigo assinado no jornal *Folha de S. Paulo*. Nesse artigo, disse ele, refutava a ideia de uma nova

euforia desenvolvimentista. O senador já antecipava também, segundo explicou, as perdas que estados e municípios experimentariam com essa desoneração de ICMS.

Conforme Lauro Campos, o que aconteceu estava previsto, porque o Plano Kandir teria partido do pressuposto de que todos os agentes econômicos são "capitalistas idiotas" que, diante da redução do custo correspondente à desoneração tributária, não elevariam seus lucros.

Para que os produtos baixassem de preço, ensinou o parlamentar, seria necessário que produtores, transportadores, intermediários e banqueiros não se apropriassem da desoneração do ICMS, o que ele considera uma conjectura ingênua. Assim, a seu ver, "morreu na praia a dinamização econômica kandiriana".



Campos: justiça social

Campos quer aumentar dedução do IR com educação

O aumento da dedução do Imposto de Renda com gastos efetuados com educação e saúde é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele argumentou que a proposição não objetiva estabelecer qualquer privilégio. Antes, e ao contrário, "trata-se de medida de justiça fiscal e social".

Júlio Campos lembrou que, atualmente, as despesas realizadas com a aquisição de medicamentos só são permitidas se realizadas quando houver hospitalização. De acordo com o senador, não há razão plausível para impedir a dedução se o medicamento tiver prescrição e nota fiscal. "Para o fisco, tanto faz o contribuinte adquirir medicamentos quando estiver hospitalizado como quando os comprar numa drogaria".

O senador ressaltou que a aquisição de aparelhos ortopédicos, próteses, cadeiras de rodas, pernas e braços mecânicos e serviços especializados de enfermagem, serviços radiológicos e de medicamentos não são gastos supérfluos.

Júlio Campos destacou ainda que o projeto aumenta o limite de dedução com educação de R\$ 1.700 para R\$ 3.000 quando o contribuinte estiver na faixa de alíquota de 15% e para R\$ 2.000 quando o contribuinte estiver na faixa de alíquota superior a 15%.

Josaphat pede estímulo à produção de cacau

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apelou sexta-feira ao governo federal para que não abandone o plano de recuperação da lavoura cacauera da Bahia, mesmo que incentivos sejam dados para a intensificação da produção de dendê. Ele invocou a tradição do cacau naquela região e a oportunidade do seu cultivo numa época em que o produto volta a obter preços razoáveis no mercado internacional.

- Esse é o apelo que faço menos em termos de reclamação do que de esperança - disse o senador. Conforme o senador, o governo da Bahia está interessado em incentivar o plantio de dendê no sul do estado, como diversificação da lavoura, pelo fato de as plantações de cacau estarem sendo dizimadas pela praga "vassoura-de-bruxa". O governo baiano estaria inclusive em contato com a Malásia, a fim de utilizar tecnologia bem sucedida naquele



Josaphat invoca tradição

país. Josaphat Marinho disse não fazer restrições a essa diversificação, cogitada desde que a lavoura do cacau entrou em crise, mas lembrou o significado da tradição da lavoura cacauera. Observou também que, quando anunciado o plano governamental de recuperação dessa lavoura, com verbas para combater a vassoura-de-bruxa, considerou louvável a iniciativa governamental, mas posteriormente constatou que o plano não tem sido devi-

damente cumprido.

- As dificuldades vêm desde o pagamento da primeira prestação, que se atrasou além do período razoável, porque o poder público exigiu provas da inexistência de débito para quem quisesse fazer jus ao recebimento das importâncias programadas.

Josaphat explicou que, em razão disso, atualmente os cacauicultores estão passando por graves dificuldades, muitos deles agora impedidos de receber os recursos para combater a vassoura-de-bruxa. O senador disse que o problema prosseguiu, os atrasos se desdobraram inexplicavelmente e ainda esta semana os produtores de cacau apelaram ao governo para que dê ao programa elaborado a execução devida.

O senador pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo "Cacau com dendê", de autoria do jornalista Jorge Calmon, publicado no jornal *A Tarde*, de Salvador.

Governo deve agir rápido para deter crise de conseqüências imponderáveis no setor imobiliário, alerta senador

Ademir: casos como o da Encol solapam instituições

"A vida fácil e tranqüila do dono da Encol e a situação maravilhosa de seis diretores da empresa, cada um com duas a três empresas", afirmou sexta-feira o senador Ademir Andrade (PSB-PA), contrapostas ao desespero de 42 mil mutuários e 12 mil funcionários da Encol, são um convite ao desrespeito às instituições e uma "verdadeira quebra, por cima, da ordem estabelecida". Ele pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de matéria publicada na revista *Veja*, intitulada "A usina de falcaturas da Encol".

O quadro, avaliou o senador, exige que o governo aja rápido para deter uma crise de conseqüências imponderáveis sobre o setor imobiliário no seu conjunto e não alegar que os mutuários querem "fazer um saque ao Tesouro", como o teria feito o presidente da Caixa Econô-



Ademir: busca de solução
mica Federal, Sérgio Cutolo. Por outro lado, acrescentou, a Justiça não pode continuar garantindo a impunidade e o usufruto de bens adquiridos através de atos lesivos à lei, aplicados contra os menos avisados.

O senador lembrou que, até agora, nenhum dos responsáveis pela bancarrota dos bancos Nacional, Econômico e Bamerindus foi parar na cadeia ou teve seus bens confiscados, como garantiu o presiden-

te da República ao instituir o Proer.

- Como dizer que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e os policiais militares desrespeitam as instituições, como se alega, diante da impunidade dos que se colocam acima da lei e da ordem? - questionou.

Ademir Andrade, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, registrou que, amanhã, às 17h, a comissão realiza audiência pública com os presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, Sérgio Cutolo e Paulo César Ximenes, respectivamente, com o presidente da Associação dos Mutuários de Imóveis da Encol, Charles Beltier, e com um representante dos trabalhadores da construtora. O senador espera que, na reunião, sejam apresentadas alternativas de solução para dar continuidade às obras paralisadas da Encol em todo o país.

Valmir pede aprovação de seus projetos para melhorar trânsito

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou sexta-feira a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do texto básico do novo Código de Trânsito, por estabelecer normas mais rígidas e induzir uma fiscalização mais eficaz contra os abusos praticados pelos condutores de veículos.

Ele ressaltou, entretanto, que as causas dos índices elevados de acidentes e mortes nas rodovias estão na falta de sinalização; má conservação das estradas; fiscalização precária e equivocada; negligência e consumo de bebidas alcoólicas pelos motoristas.

- Nossos órgãos de trânsito insistem em privilegiar a punição, em vez de desenvolverem ações preventivas, como ocorre nos países desenvolvidos - argumentou o senador, que pediu apoio para aprovação de dois

projetos de sua autoria. Um deles proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados às margens das rodovias; o outro obriga o órgão responsável pela administração da malha rodoviária federal a realizar, semestralmente, levantamentos sobre o estado de conservação das estradas.

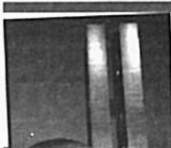
Valmir citou a constatação de que a ingestão de álcool, mesmo em doses moderadas, inibe os reflexos do motorista, comprometendo seriamente seu equilíbrio mental e sua coordenação motora. A proposição obteve parecer favorável do senador João Rocha (PFL-TO) na Comissão de Assuntos Sociais e aguarda ser apreciada pela Câmara.

O projeto referente à conservação das rodovias recebeu apoio do relator na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS). Segundo

Valmir, é urgente a necessidade de aprovação de iniciativas como as suas porque "o Brasil é detentor do indesejado título de campeão mundial em acidentes de trânsito, registrando, atualmente, mais mortes que os Estados Unidos registraram em quase uma década de guerra no Vietnã".



Valmir: álcool inibe reflexos



CONHEÇA O SENADO

Bicameralismo confere equilíbrio às decisões

O Senado Federal é composto por três representantes de cada estado e do Distrito Federal. São ao todo 81 senadores, eleitos para mandatos de oito anos. Já a Câmara dos Deputados é formada pelos representantes do povo e, assim, o número de deputados por estado varia de acordo com a população, mas não pode ser inferior a oito nem superior a setenta.

Esse sistema em que o Poder Legislativo é exercido por duas câmaras é chamado de bicameralismo. No sistema bicameral adotado no Brasil, as duas Casas legislativas se complementam e cada uma funciona como revisora das decisões tomadas pela outra. Assim, todas as matérias que não sejam da competência privativa de uma das Casas têm que ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Como o Senado tem o mesmo número de representantes por estado, sua existência como Casa revisora da Câmara dos Deputados confere equilíbrio às decisões legislativas. A atuação do Senado evita, por exemplo, que dois ou três estados mais populosos e que, por isso, têm mais deputados, monopolizem as decisões do Poder Legislativo, ao dominar as votações da Câmara.

A cada quatro anos, a Câmara dos Deputados é totalmente renovada, enquanto o Senado é renovado parcialmente. Numa eleição, cada estado elege um senador e na seguinte, quatro anos depois, elege dois senadores e assim por diante. Esse sistema evita uma mudança brusca na composição e na posição política do Senado, fazendo com que ele seja um

fator de estabilidade das instituições.

HISTÓRIA

Em suas origens históricas, o Parlamento era composto de uma única câmara, chamada Câmara dos Comuns, Câmara dos Representantes ou Assembléia Nacional.

Foi na Inglaterra que surgiu uma outra câmara - a Câmara dos Lordes, funcionando ao lado da Câmara dos Comuns. Os Lordes não eram eleitos pelo povo, como até hoje não o são, mas representam a alta aristocracia e os Pares do Reino, grandes dignitários e figuras da Igreja. Os "Comuns" são a representação popular.

A Constituição norte-americana de 1787 inspirou-se no modelo inglês e aceitou o

As duas Casas se complementam: uma funciona como revisora das decisões da outra

bicameralismo, mas fez alterações nesse sistema. Os constituintes de Filadélfia criaram o Senado Federal, ao lado da Câmara dos Representantes. O Senado, representando a Federação, composto dos representantes dos estados; e a Câmara dos Representantes, representando a soberania popular.

Os defensores desse sistema entendiam que na Câmara dos Deputados estariam os representantes da opinião pública flutuante, enquanto no Senado - conhecido como Câmara Alta - ficaria representada a duração e a continuidade do Estado. Seria, assim, a Casa mais conservadora, defensora das tradições e dos princípios fundamentais da sociedade.

Alcântara vê o Estado como maior interessado na luta contra o cigarro

Ao registrar a passagem do Dia Mundial de Combate ao Fumo, sexta-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) enfatizou que apesar de existir, no mundo inteiro, um processo em marcha de restrições ao cigarro, o consumo não diminuiu. "O fumo é uma questão de saúde coletiva e não uma escolha pessoal que não admita a intervenção do Estado", disse.

Segundo o senador, estudo da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, mostrou que o tabagismo passivo, aquele que afeta os não fumantes obrigados a conviver em ambientes contaminados pelo tabaco, é muito mais perigoso do que se pensava.

De acordo com esse estudo, revelou Lúcio Alcântara,



Alcântara: questão de saúde coletiva autoridades americanas e as principais multinacionais do tabaco anunciaram a possibilidade de um acordo prevendo severas restrições à indústria. Segundo ele, as empresas aceitaram criar um fundo de US 368,5 bilhões a ser empregado em benefício daqueles cuja saúde foi prejudicada pelo hábito de fumar.

Pesquisa citada pelo senador revela que a exposição contínua dos não-fumantes ao cigarro quase dobra o risco de doenças cardíacas

5,4 milhões de jovens norte-americanos sofrem infecções nos ouvidos e asma, provocadas pelo tabagismo dos pais. A pesquisa também mostrou que a exposição contínua ao cigarro quase dobra o risco de doenças cardíacas.

O senador contou que as

assumiram sua parcela de culpa em casos de câncer entre fumantes e ex-fumantes. Em troca, as gigantes do tabaco não mais serão alvo de ações populares e ganharão imunidade contra milionários processos movidos por 40 estados americanos - finalizou.

- Foi a primeira vez que os fabricantes de cigarro

TV Senado ganha novo equipamento

As operadoras que transmitem a TV Senado podem melhorar a qualidade da imagem e do som que recebem desse canal, graças à aquisição, por parte da emissora, de um novo equipamento de última geração, o MPEG-2. Para isso, as operadoras devem se adaptar ao novo sistema, que já está em vigor desde a última segunda-feira, trocando seus

equipamentos.

O MPEG-2 consiste num chip produzido pela IBM, que dá mais qualidade à transmissão digital, visto que não é necessária a compressão de imagens recebidas pelo satélite, como era no sistema anterior. Esse equipamento possibilitará, no futuro, a transformação da TV Senado em televisão totalmente digital.

Senador disse que, à falta de atendimento decente na rede pública, 40 milhões de pessoas estão nas mãos dos planos de assistência privados

Jefferson: "Saúde é motivo de indignação permanente"

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) alertou sexta-feira o presidente Fernando Henrique Cardoso para "a responsabilidade histórica de, neste ou no seu próximo mandato, assegurar a todos os brasileiros o acesso público e universal à escola, à saúde e à previdência". No caso da saúde, Jefferson considerou o setor "motivo de indignação permanente".

Afirmando-se privatista na área econômica e "ferrenhamente estatista" em relação àqueles setores, ele afirmou que nada impede investimentos privados em educação, saúde e previdência, "mas é indispensável que os três sistemas sejam publicamente garantidos a todos".

O senador destacou particu-

larmente a situação da saúde no país, em que, assinalou, sem condições de atendimento seguro e decente em hospitais públicos, 40 milhões de pessoas movimentam cerca de R\$ 10 bilhões em planos de saúde privados e, mesmo assim, não têm garantia de cobertura em vários tipos de doenças.

Jefferson Péres observou que se trata de setor necessário de regulamentação urgente, mas, acrescentou, conforme denúncia feita pelo deputado José Aristodemino Pinotti, projeto de lei em tramitação na Câmara está sofrendo "um forte lobby contrário das empresas de saúde privadas".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que "um governo sério não pode



Jefferson: segurado sem garantia

deixar de reconhecer o que Jefferson Péres assinalou".

A cifra de R\$ 10 bilhões, referente a recursos movimentados pelas empresas privadas de saúde, acentuou, exige "vergonha na cara para, de uma vez por todas, se chegar a uma regulamentação dos planos de saúde".

Projeto de Serra dá a aposentado ou demitido 18 meses no plano de saúde

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto de lei propondo que, na contratação de planos de saúde pelas empresas, haverá uma cláusula específica determinando o direito de o trabalhador aposentado ou demitido sem justa causa manter sua condição de segurado ou beneficiário, por um período mínimo de 18 meses. Para isso, bastará que ele assuma o pagamento do custo total de seu seguro-saúde, incluindo a parcela que vinha sendo paga pela empresa.

Conforme o senador, esse benefício já vem sendo oferecido por várias empresas brasileiras, no momento da dispensa de funcionários, e existe como uma prática regulada e obrigatória nos Estados Unidos. O senador propõe fixar esse direito em lei, a fim de permitir seu usufruto por um maior número de trabalhadores brasilei-

ros.

- Certamente a possibilidade de manter os serviços de saúde que o trabalhador e sua família desfrutavam, quando ele estava empregado, ameniza as dificuldades de quem está desempregado - observa Serra.

O projeto apresentado por José Serra estabelece que todo trabalhador contratado há pelo menos 12 meses em um mesmo emprego, que conte com o benefício de um seguro-saúde custeado parcialmente pela empresa, esteja em dia com sua contribuição para o custeio do plano ou seguro e manifeste por escrito o desejo de manter a condição de segurado ou beneficiário, terá amparo legal para manter essa condição por no mínimo 18 meses.

A aposentadoria não alterará essa possibilidade. E nem a eventual morte do trabalhador aposentado ou desempregado poderá tirar esse direito

de seus dependentes.

O empregador que infringir os dispositivos da lei, propõe o senador, estará sujeito a multas entre 500 e 5 mil Ufirs (unidades fiscais de referência), aplicadas em dobro em caso de reincidência, além do ressarcimento de eventuais gastos com assistência médico-hospitalar do trabalhador aposentado ou dispensado e de seus dependentes.



Serra: mais tranquilidade

"Seus problemas são proporcionalmente gigantescos e envoltos em dilemas que tocam o mais profundo da alma nacional"

Nabor propõe união de todos para repensar a Amazônia

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu sexta-feira a união de esforços dos representantes da Amazônia no Senado e na Câmara dos Deputados, e "nos mais variados setores da vida nacional", em defesa dos interesses da região, para que o seu povo "possa deixar a pobreza e a desesperança em que vive".

O primeiro passo já foi dado, com a realização de seminário promovido em Belém pela Comissão Especial do Senado que estuda políticas para o desenvolvimento da Amazônia, disse Nabor. "O seminário foi um gesto de afirmação política e de interesse concreto pelos destinos da grande região Norte e das porções vizinhas do Nordeste e do Centro-Oeste", clas-



Nabor: metade do território nacional

sificou o senador.

A Amazônia exige propostas claras, objetivas e específicas. Esse é o grande desafio que nos impõe a realidade regional: estamos falando, é bom que não se esqueça, de metade do Brasil. Seus problemas são proporcionalmente gigantescos e envoltos em tremendos dilemas que envolvem o mais profundo da alma nacional - explicou.

Entre as conclusões do seminário, Nabor Júnior apontou

a necessidade de revisão das políticas regionais que envolvam privatizações, incentivos fiscais e financiamentos oficiais, além de um aprofundamento das discussões sobre o novo papel destinado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia na "realidade emergente".

O senador ressaltou a importância de inserção da Amazônia na globalização, com o engajamento do Brasil nos mercados do Atlântico e do Pacífico, "inclusive com a implantação de uma rota para o litoral oeste da América do Sul, além da necessidade urgente de recuperação de estradas e hidrovias".

Nabor Júnior destacou o empenho e apoio político-administrativo do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em todas as fases de preparação do seminário.

Flaviano defende ajuda ao Acre, "estado que não tem economia"

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) apelou sexta-feira ao ministro do Planejamento por uma definição dos critérios de liberação dos recursos referentes aos 98 projetos de emendas parlamentares destinados ao Acre e que estão alocados naquela pasta. Ele pediu também ao presidente da República para que dê atenção às emendas apresentadas por senadores e deputados ao Orçamento da União.

O Acre é um estado pequeno, que vive em função de repasses dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, dos recursos que o governo federal investe nos órgãos públicos estaduais e, principalmente, das emendas que os parlamentares apresentam ao Orçamento da União. Isso porque



Flaviano: hoje a borracha é história

o Acre não tem economia; a economia da borracha acabou - ressaltou o senador.

Flaviano Melo elogiou o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, que já definiu o critério de liberação das emendas e liberou recursos para algumas delas. A presidente da Fundação Nacional de Saúde, Elisa Vianna de Sá, "que tem tratado as emendas com seriedade impecável e agilidade inimaginável dentro da máqui-

na administrativa do governo federal", também mereceu elogios.

Projeto do Inera que tem como meta, para este ano, o assentamento de 2.500 famílias no Acre foi abordado por Flaviano Melo, ao dizer que os parceiros estão recebendo inicialmente crédito no valor de R\$ 1.080,00 para alimentação e fomento. Receberão no ano que vem crédito para habitação e no terceiro ano terão direito ao Proceara.

Segundo Flaviano, embora tenha falhas, já que não inclui escolas, estradas e atendimento médico, "o projeto é muito importante porque a maioria dos parceiros é formada de ex-seringueiros que estavam sem qualquer perspectiva de vida".

Edital de hidrelétrica é festa e preocupação, para Carlos Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) registrou a euforia da população do estado do Tocantins com o lançamento, pelo ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, de edital de licitação para a construção da hidrelétrica do Lajeado, "que será realizada dentro das mais modernas técnicas". Mas destacou que, ao lado dessa euforia, existe o temor com o fluxo migratório para a capital, Palmas, provocado pelas informações de que a obra poderá gerar cerca de 10 mil empregos.

Milhares de pessoas, os desempregados e desassistidos, estão indo para Palmas.

Patrocínio apelou ao governo federal para que libere o mais rapidamente possível os recursos previstos nas Disposições Transitórias da Cons-



Patrocínio: Eldorado em Palmas

tuição para o Tocantins. Apelu também ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir, para que libere os recursos orçamentários destinados ao estado.

É necessário que principalmente a Secretaria Nacional de Habitação libere todos os recursos solicitados pelo governador e pelos prefeitos para que possamos abrigar essa leva de brasileiros que merecem um lugar ao sol.

José Ignácio quer o norte capixaba na área da Sudene

A região do Espírito Santo compreendida entre o limite norte do estado e o rio Doce será incluída na área de atuação da Sudene e beneficiada pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), caso seja aprovado projeto do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Ele argumenta, na justificativa do projeto, que a região norte do Espírito Santo é a mais carente do estado, apresentando problemas e características semelhantes aos do Nordeste. José Ignácio Ferreira esclarece que o projeto tem o objetivo de dar tratamento diferenciado àquela área para garantir o aproveitamento de sua potencialidade e com isso "diminuir as disparidades de desenvolvimento que afetam



José Ignácio: norte carente sua população".

- E preciso frisar que a região situada do limite norte do Espírito Santo até o rio Doce tem inegável potencialidade de crescimento, necessitando tão-somente de apoio governamental para que contribua efetivamente para o desenvolvimento do conjunto do estado e para a solução dos problemas básicos de sua população - disse ele.